

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do superávit do exercício

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros do
Instituto Clima e Sociedade
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Instituto Clima e Sociedade (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do superávit do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituto Clima e Sociedade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e a Empresa de pequeno e médio porte (CPC- PME), conforme emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (“CPC”).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 12 de agosto de 2021, sem ressalvas.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), a Empresa de pequeno e médio porte (CPC -PME), conforme emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (“CPC”) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

Monika Marielle Du Mont Collyer

Monika Marielle Du Mont Collyer
Contador CRC 1 RJ 091300/O-6

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE

CNPJ Nº 22.428.410/0001-70

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.430	15.232	Contas a pagar		141	13
Títulos e valores mobiliários	5	68.256	33.075	Obrigações tributárias		4	11
Créditos a receber		772	102	Obrigações trabalhistas e sociais	8	924	580
Doações a receber	6	49.545	92.188	Recursos para projetos sociais	9	129.077	137.785
Recursos de projetos e parcerias	7	39.449	20.106	Recursos vinculados a parcerias	10	39.449	20.106
		<u>174.452</u>	<u>160.703</u>			<u>169.595</u>	<u>158.495</u>
Não circulante				Não circulante			
Doações a receber	6	37.730	1.039	Recursos para projetos sociais	9	37.730	1.039
Recursos de projetos e parcerias	7	3.172	1.932	Recursos vinculados a parcerias	10	3.172	1.932
Imobilizado		231	173			<u>40.902</u>	<u>2.971</u>
		<u>41.133</u>	<u>3.144</u>	Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio Social		2.381	1.557
				Superávit/(déficit) do Exercício		<u>2.707</u>	<u>824</u>
						<u>5.088</u>	<u>2.381</u>
Total do ativo		<u><u>215.585</u></u>	<u><u>163.847</u></u>	Total do Passivo e patrimônio líquido		<u><u>215.585</u></u>	<u><u>163.847</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ana Amélia Campos Toni
CPF 084.742.118-08
Diretora Executiva

Angelita Gonçalves Rangel
Contadora CRC/RJ 062.161-4

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE

CNPJ Nº 22.428.410/0001-70

Demonstrações do superávit Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais		71.695	49.923
Com restrições		71.691	49.514
Programas de Assistência Social	12.1	69.873	49.163
Rendimentos financeiros	12.2	1.165	349
Variação Cambial	12.3	653	2
Sem restrições	12.4	4	409
Outras Receitas		4	409
Custo das atividades sociais		(61.531)	(43.407)
Atividades Programáticas	13	(61.531)	(43.407)
Resultado bruto		10.164	6.516
Despesas operacionais		(7.457)	(5.692)
Despesas com pessoal	14.1	(4.090)	(2.686)
Serviços prestados	14.2	(1.319)	(1.248)
Viagens e estadias	14.3	(814)	(353)
Despesas gerais e administrativas	14.4	(1.164)	(1.024)
Despesas tributárias		(20)	(333)
Depreciação e Amortização		(50)	(48)
Superávit do exercício		2.707	824

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ana Amélia Campos Toni
CPF 084.742.118-08
Diretora Executiva

Angelita Gonçalves Rangel
Contadora CRC/RJ 062.161-4

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE

CNPJ Nº 22.428.410/0001-70

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit do exercício	2.707	824
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.707</u>	<u>824</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ana Amélia Campos Toni
CPF 084.742.118-08
Diretora Executiva

Angelita Gonçalves Rangel
Contadora CRC/RJ 062.161-4

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE

CNPJ Nº 22.428.410/0001-70

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	865	472	1.337
Incorporação do Superávit / (Déficit)	472	(472)	-
Ajuste do exercício anterior	-	220	220
Superávit do exercício de 2020		824	824
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.337	1.044	2.381
Incorporação do Superávit	824	(824)	-
Superávit do exercício de 2021	-	2.707	2.707
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.161	2.927	5.088

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ana Amélia Campos Toni
CPF 084.742.118-08
Diretora Executiva

Angelita Gonçalves Rangel
Contadora CRC/RJ 062.161-4

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE

CNPJ Nº 22.428.410/0001-70

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.707	824
Ajustes para reconciliar o superávit ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	50	48
Baixas de ativo imobilizado e intangível	2	-
Superávit do exercício ajustado	2.759	872
(Aumento) diminuição dos ativos		
Créditos a receber	(670)	20
Aumento em Títulos e valores mobiliários	(35.181)	(26.374)
Doações a receber	5.952	(65.122)
Recursos de projetos e parcerias	(20.583)	(11.205)
	(50.482)	(102.681)
Aumento (diminuição) dos passivos		
Obrigações Trabalhistas, Fiscais e Sociais	337	43
Contas a Pagar	128	(101)
Recursos para projetos sociais	27.983	100.287
Aumento Recursos de vinculados a parcerias	20.583	11.205
Ajuste de exercícios anteriores	-	220
	49.031	111.654
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	1.308	9.845
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens (imobilizado e intangível)	(110)	(70)
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	(110)	(70)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	1.198	9.775
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	15.232	5.457
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	16.430	15.232
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	1.198	9.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ana Amélia Campos Toni
CPF 084.742.118-08
Diretora Executiva

Angelita Gonçalves Rangel
Contador CRC/RJ 062.161-4

1. Contexto social

O Instituto Clima e Sociedade (“ICS” ou “Instituto”) é uma associação civil sem fins lucrativos, de direito privado, localizada na Rua General Dionísio, nº 14 - parte, Humaitá - Rio de Janeiro (RJ), registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas no dia 11 de maio de 2015.

O ICS é uma organização filantrópica que capta recursos e fomenta projetos que contribuam para a construção de soluções para a crise climática. Funciona como uma ponte entre financiadores (fundações internacionais e nacionais e instituições de cooperação bilateral) e parceiros locais, incluindo organizações da sociedade civil, academia, associações e entidades governamentais. As atividades do Instituto consistem no gerenciamento de doações, engajamento da sociedade com o tema de mudanças climáticas, implementação de projetos e capacitação institucional de organizações da sociedade civil. Nesse sentido, o ICS estabelece suas quatro ações principais:

- Construir evidências;
- Promover Advocacy;
- Construir espaços de interação;
- Fomentar intercâmbio de conhecimento e experiência.

Missão

Fortalecer as condições para que alavanquem práticas duradouras de mitigação e resiliência das mudanças climáticas.

Visão

Brasil carbono neutro com crescimento econômico e justiça social, compatível com 1,5°C.

O ICS foca suas ações em:

Energia

Iniciativas: I) Democratizar e descentralizar o setor elétrico; II) Incentivar as novas energias renováveis (solar, eólica e de biomassa); III) Promover a eficiência energética, a geração distribuída e o smart grid.

Economia de baixo carbono

Iniciativas: I) Gerar evidências para a tomada de decisão rumo à economia de baixo carbono; II) Redirecionar investimentos e subsídios; III) Ampliar o universo de bons projetos.

Transporte

Iniciativas: I) Engajar a sociedade civil na concepção, monitoramento e execução de políticas de mobilidade; II) Aprofundar o conhecimento e o debate sobre a economia do transporte; III) Explorar as interfaces entre qualidade do ar e saúde com as políticas e tecnologias de transporte.

Política climática e Engajamento

Iniciativas: I) Apoiar organizações para que pressionem, monitorem e ajudem o Brasil a cumprir a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC); II) Acompanhar a política climática internacional; III) Buscar o engajamento de mais agentes para a agenda climática; IV) Articular para que o tema das mudanças climáticas entre na pauta dos parlamentares no Congresso Nacional.

Uso da terra e sistemas alimentares

O novo portfólio de Uso da Terra e Sistemas Alimentares tem o objetivo de promover ações e incentivos para o uso da terra mais sustentável, para a melhoria da gestão florestal e para a redução dos impactos ambientais da agricultura e da alimentação. As iniciativas estão em definição.

a) COVID-19

O Instituto junto a seus associados e colaboradores continua fazendo sua parte para evitar a propagação do COVID-19, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde e também do Governo do Estadual do Rio de Janeiro. O Instituto implantou medidas a fim de preservar e assegurar a saúde e segurança dos seus empregados e colaboradores. Neste sentido, desde março de 20, foi adotado o regime de teletrabalho, cancelamentos de eventos presenciais e redução de viagens, utilização de tecnologias de teleconferência e videoconferência para reuniões internas e externas.

- Impactos da COVID-19 - O Instituto manteve suas operações em níveis estáveis, garantindo a normalidade das atividades planejadas para o ano de 2021 e deu início a retomada das atividades presenciais, aplicando os protocolos de segurança para a equipe e colaboradores;
- Continuidade das atividades e efeitos da pandemia de COVID-19 - A Administração, no gerenciamento e monitoramento de riscos, com auxílio das estruturas vigentes, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não identificou indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

2. Base de apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.255/09, NBC TG (R1) 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou o pronunciamento técnico PME do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC) e em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, alterada e consolidada em 21 de agosto de 2015 como ITG 2002 (R1).

A Administração do Instituto autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 29 de junho de 2022.

b) Moeda funcional e apresentação

A Administração do Instituto definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas (Seção 30 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações dos resultados.

3. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Administração considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As receitas decorrentes destas aplicações são reinvestidas nas atividades sociais do Instituto ou diretamente nos projetos específicos, quando há exigência do financiador, conforme destacado na demonstração de superávit.

b) Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras se encontram classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, sendo apresentadas no balanço patrimonial a valor justo com correspondentes ganhos ou perdas, reconhecidos nas demonstrações do superávit (déficit). Referida classificação se deve ao fato da intenção da administração em negociar as aplicações financeiras na medida em que houver necessidade de recursos para liquidação de suas obrigações.

c) Doações a receber

Refere-se a contratos firmados com doadores cujo recebimento ocorrerá em exercícios futuros e estão apresentados pelo seu valor contratual atualizado, quando aplicável, pela variação cambial do período. Em 31 de dezembro, a Administração do Instituto não constituiu provisão para perda por risco de crédito, em função de não haver expectativa de não recebimento desses montantes.

d) Recursos para projetos sociais

Os recursos para projetos sociais correspondem às obrigações que o Instituto ainda possui de aplicar os recursos de contratos firmados com os doadores no portfólio de projetos sociais a serem apoiados pelo Instituto e para realização das atividades institucionais atualizado, quando aplicável, pela variação cambial do período.

e) Recursos vinculados a parcerias e recursos de projetos e parcerias

Correspondem às obrigações de repasse que ocorrerá em exercícios futuros e aos direitos de recebimento das prestações de conta sobre esses recursos, conforme previstos nos contratos de doação firmados entre o Instituto e seus parceiros e estão apresentados pelo seu valor contratual.

f) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido do valor da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear e com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimado dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit (déficit) no exercício em que o fato for incorrido.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Patrimônio líquido

Representado pelo patrimônio social do Instituto Clima e Sociedade - iCS acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais, conforme o caso.

h) Reconhecimento de receita

Receita operacional

As receitas com restrições registram os recursos recebidos, firmados em instrumentos contratuais e destinado às atividades sociais desenvolvidas pelo Instituto. São reconhecidos como obrigação do Instituto perante os doadores e são contabilizados inicialmente no passivo. Essas obrigações têm seu reconhecimento em conta de receita a partir da realização efetiva das despesas.

As receitas sem restrições registram os recursos de prestação de serviços e das contribuições e doações voluntárias. As receitas de doações voluntárias são variáveis, não existindo um compromisso firmado entre as partes do valor a ser doado e normalmente variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer ao Instituto. Desta forma, estas receitas são apenas reconhecidas quando a certeza de sua realização, ou seja, são reconhecidas apenas quando do recebimento das mesmas. A impossibilidade de reconhecimento destas receitas por regime de competência deve-se ao Instituto não possuir conhecimento prévio dos valores que serão recebidos e por isso, estas doações são reconhecidas no momento de seu recebimento. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e efeito da variação cambial proveniente de operações em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

i) Obrigações e isenções tributárias

O Instituto, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, são retidos na Fonte.

j) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam realizados, considerando as variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados através dos montantes pelos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando os ativos são realizáveis, e os passivos exigíveis, dentro dos doze meses seguintes.

k) Custo e despesas

Custo das atividades sociais

Registram as despesas para realização dos projetos sociais que são os objetos dos contratos de doações firmados entre o Instituto e os donatários.

Despesas operacionais

São despesas relacionadas a pessoal, serviços prestados, viagens e estadias, administrativas e demais despesas necessárias para manutenção do Instituto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, principalmente, as despesas com tarifas bancárias e variação cambial. As despesas financeiras são apropriadas no resultado quando incorridas ou na medida em que os benefícios são transferidos para o Instituto pelo regime de competência.

l) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado, recuperabilidade de ativos, dentre outros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. O Instituto revisa suas estimativas e premissas ao menos anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras e os valores em trânsito.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	5.081	3.884
Aplicações financeiras (i)	8.838	11.348
Valores em trânsito (ii)	<u>2.511</u>	<u>-</u>
	<u><u>16.430</u></u>	<u><u>15.232</u></u>

(i) São aplicações financeiras, de liquidez imediata, mantidas no Banco Bradesco, sendo aplicações automáticas denominadas como Invest Plus;

(ii) Valores em trânsito - são os recursos, transferidos em 29/12/21 da conta bancária do Citibank internacional 86171348 para a conta do Citibank Brasil, cujos crédito somente ocorreu em janeiro 2022.

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações Financeiras	68.256	33.075
	<u><u>68.256</u></u>	<u><u>33.075</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

O Instituto estruturou as suas aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha por meio de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem variação relevante de valor, e oferecem remuneração variando entre 95% e 97% da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), avaliada diariamente na Cetip (Câmara de Liquidação e custódia).

Refere-se a recursos que são aplicáveis em Certificados de Depósitos Bancários em que as receitas financeiras decorrentes de tais aplicações são reinvestidas nas atividades sociais do Instituto ou diretamente nos projetos específicos, quando exigência do financiador.

6. Doações a receber

Os recursos de doações a receber, destinados à execução das atividades estatutárias e firmados em instrumentos contratuais, são reconhecidos no ativo tendo como contrapartida uma obrigação do Instituto perante os doadores e/ou parceiros. Essas obrigações são reconhecidas nas contas de resultado de acordo com a realização das despesas prevista no contrato firmado.

Os valores relativos às doações de recursos internacionais são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio nas datas de início de vigência dos contratos, incorporando as variações cambiais ocorridas até a data do fechamento do balanço.

O repasse dos recursos, pelo doador, está condicionado à comprovação das atividades realizadas, que é efetuada através do envio da prestação de contas periódica e apresentação das demonstrações contábeis auditadas.

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Doações a Receber - Ativo Circulante	49.545	92.188
Doações a Receber - Ativo não Circulante	37.730	1.039
	87.275	93.227

7. Recursos de projetos e parcerias

Os recursos das doações do Instituto para os parceiros são condicionados e estão sujeitos ao cumprimento de obrigações previstas nos contratos, sendo assim, o total dos recursos, previstos no acordo, é apropriado na data do início do contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

	2021	2020
Recursos de projetos e parcerias - ativo circulante	39.449	20.106
Recursos de projetos e parcerias - ativo não circulante	3.172	1.932
	<u>42.621</u>	<u>22.038</u>

Recurso para projetos e parcerias

Registram o total dos recursos comprometidos nos contratos, deduzidos dos valores repassados aos parceiros. O saldo reflete os valores a serem repassados.

Descrição	Valor Contrato / saldo a pagar 2021	Valor Pago em 2021	Valor a pagar 2022	Valor a pagar 2023
Contratos de 2018	290	290	-	-
Contratos de 2019	686	686	-	-
Contratos de 2020	21.098	16.250	4.848	-
Contratos de 2021	65.850	28.077	34.601	3.172
	<u>87.923</u>	<u>45.302</u>	<u>39.449</u>	<u>3.172</u>

8. Obrigações trabalhistas e sociais

	2021	2020
Ordenados	-	4
Provisão de férias e encargos	924	576
	<u>924</u>	<u>580</u>

9. Recursos para projetos sociais

São recursos decorrentes de contratos de doação firmados com diversas instituições nacionais e internacionais, que são destinados à aplicação no portfólio de projetos sociais a serem apoiados pelo Instituto e para realização das atividades institucionais.

Os recursos estão representados no passivo pelo valor total do contrato firmado entre o Instituto e a instituição doadora, deduzidos dos valores apropriados no resultado referente ao período corrente e das variações cambiais, quando aplicáveis. Os recursos internacionais são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data inicial do termo de doação, acrescido das variações cambiais ocorridas até a data da liquidação dessas transações.

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

A seguir apresentamos a composição do saldo por instituição doadora:

Entidades doadoras	Saldo a executar em dez/20	Recursos apropriados	Execução	Saldo 2021 a executar
Instituto Arapyau	183	300	(164)	319
Banco Itaú	-	400	-	400
Banco Bradesco	-	400	-	400
Banco Santander	-	380	-	380
The Children's Investment Fund Foundation - CIFF	71.153	4.374	(24.766)	50.761
Climateworks Foundation - CWF	2.451	2.900	(2.417)	2.934
European Climate Foundation - ECF	376	1.443	(1.015)	805
Embaixada da Alemanha	20	261	(238)	43
Embaixada Britânica	110	-	(110)	-
Foundation for Internacional Law for the Environment- FILE	2.876	2.131	(2.815)	2.191
GIZ	443	13	(456)	-
IKEA Foundation	4.778	5.202	(4.222)	5.758
The William and Flora Hewelett Foundation	5.170	5.634	(5.168)	5.636
Instituto Humanidade	183	-	(164)	19
MOTT Foundation	341	1.078	(351)	1.068
OaK	17.116	32.367	(8.972)	40.511
SMART Energy for Europe Y	-	2.959	(986)	1.973
Porticus	515	632	(300)	847
Rainforest Alliance	268	-	(268)	0
Rockefeller Philantropy Advisors	344	1.697	(256)	1.786
Walmart Foundation	9.629	-	(2.598)	7.031
Foundation to Promote Open Society	6.840	7.845	(3.465)	11.220
CLASP	478	17	(448)	47
Sequoia Climate Fund - Wellspring Philantropic Fund	15.550	575	(6.432)	9.693
Stichiting Wilde Ganzen	-	2.391	(1.357)	1.034
Quadrature Climate Foundation	-	24.858	(2.904)	21.954
TOTAL	138.824	97.856	(69.873)	166.807
Passivo Circulante	137.785	129.077		
Passivo não Circulante	1.039	37.730		
Total	138.824	166.807		

10. Recursos vinculados a parcerias

Registram os recursos previstos nos contratos de doação firmados entre o Instituto e os donatários. Os valores estão representados pelo valor total firmado do contrato deduzidos dos repasses efetuados.

Os valores a repassar a projetos e parcerias são compromissos assumidos em contrato com os donatários, no entanto, a liberação dos recursos está vinculada ao cumprimento, pelos donatários, das obrigações estabelecidas nas cláusulas contratuais.

Os saldos são segregados entre passivo circulante e não circulante de acordo com o cronograma de repasses aos donatários previstos em cada contrato firmado.

A seguir apresentamos a composição dos valores a repassar aos donatários:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	
Recursos de vinculados a parcerias - Passivo circulante	39.449	20.106	
Recursos de vinculados a parcerias - Passivo não circulante	<u>3.172</u>	<u>1.932</u>	
	<u>42.621</u>	<u>22.038</u>	
	<u>Valor Contrato / saldo a pagar 2021</u>	<u>Valor a pagar 2022</u>	<u>Valor a pagar 2023</u>
Contratos de 2018	290	-	-
Contratos de 2019	686	-	-
Contratos de 2020	21.098	4.848	-
Contratos de 2021	<u>65.850</u>	<u>34.601</u>	<u>3.172</u>
	<u>87.923</u>	<u>39.449</u>	<u>3.172</u>

11. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é composto pelos superávits (déficits) dos exercícios anteriores aprovados pelo Conselho Deliberativo.

b) Superávit/déficit acumulado

Refere-se ao resultado do ano corrente. Após aprovação pela Assembleia, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto e os eventuais resultados positivos serão reinvestidos nos objetivos sociais, conforme previsto no estatuto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

12. Receitas operacionais

12.1. Receitas com restrição

Referem-se a programas de assistência social, consideradas “com restrição” por dependerem do atendimento de determinadas condições estabelecidas nos contratos para serem apropriadas ao resultado de acordo com sua competência. As receitas de doações seguem conforme demonstrado:

	2021	2020
The Children's Investment Fund Foundation - CIFF	24.766	16.475
The William and Flora Hewelett Foundation	5.168	4.234
OakK Foundation	8.972	5.452
RAINFOREST Alliance	268	2.396
Climateworks Foundation - CWF	2.417	2.741
IKEA Foundation	4.222	10.588
SMART Energy for Europe	987	945
European Climate Foundation - ECF	1.015	449
Pisces Foundation	-	250
Mott Foundation	351	704
Embaixada da Alemanha	238	215
Embaixada Britânica	110	-
Instituto Arapyau	164	-
CLASP	448	-
Foundation for International Law for the Environment- FILE	2.815	1.855
Instituto Humanidade	164	-
Rockfeller Philantropy Advisors	256	67
Porticus	300	347
Foundation to Promote Open Society	3.465	440
Walmart Foundation	2.598	1.697
GIZ no Brasil	456	308
Quadrature Climate Foundation	2.904	-
Stichting Wilde Ganzen	1.357	-
Wellspring Philantropic Fund	6.432	-
	<u>69.873</u>	<u>49.163</u>

12.2. Rendimentos financeiros, líquidos

	2021	2020
Rendimentos de aplicação financeira	2.281	483
IRRF s/ aplicação	(656)	(134)
IOF	(460)	-
	<u>1.165</u>	<u>349</u>

12.3. Variação cambial

	2021	2020
Ganhos cambiais	1.202	310
Perdas cambiais	(549)	(298)
	<u>653</u>	<u>2</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

12.4. Receitas sem restrição

Registram os recursos não condicionados, recebidos de doações ou contribuições voluntárias de parceiros e prestação de serviços:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prestação de serviços	4	409
	<u>4</u>	<u>409</u>

13. Custo das atividades sociais

Registram as despesas realizadas com as atividades programáticas previstas nas ações sociais de política climática, energia elétrica e mobilidade urbana.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projetos e parcerias (i)	(45.553)	(36.129)
Seminários e eventos	(1.947)	(10)
Serviços de terceiros	(9.324)	(4.020)
Recursos humanos	(4.699)	(3.189)
Viagens e Estadias	(8)	(59)
	<u>(61.531)</u>	<u>(43.407)</u>

(i) Os recursos de projetos e parcerias se referem aos contratos de doações firmados entre o Instituto e os donatários e estão condicionados ao cumprimento de obrigações entre as partes. O reconhecimento na despesa foi efetuado a partir do repasse dos recursos para os donatários, conforme contratos.

14. Despesas operacionais

14.1. Despesa com pessoal

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração	(2.574)	(1.664)
Encargos sociais	(871)	(588)
Benefícios (i)	(645)	(434)
	<u>(4.090)</u>	<u>(2.686)</u>

(i) Os valores mais relevantes dos benefícios se referem às despesas com plano de saúde médico e odontológico.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

14.2. Serviços prestados

Registram as despesas realizadas com contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços Prestados PF	(5)	(151)
Serviços Prestados PJ (i)	<u>(1.314)</u>	<u>(1.097)</u>
	<u>(1.319)</u>	<u>(1.248)</u>

- (i) As despesas com serviços prestados PJ referem-se a serviços de consultorias e/ou assessorias, tais como, auditoria, contabilidade, assistência jurídica e informática, entre outros.

14.3. Viagens e estadias

Registram as despesas realizadas com passagens, diárias hospedagens e outras despesas relacionadas às viagens, como transporte, lanches e seguros, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passagens aéreas	(196)	(167)
Diárias e hospedagens	(593)	(91)
Outras despesas com viagens	<u>(25)</u>	<u>(95)</u>
	<u>(814)</u>	<u>(353)</u>

14.4. Despesas gerais e administrativas

Referem-se aos gastos para manutenção do escritório e atividades gerais, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Infraestrutura	(634)	(681)
Despesas de uso e consumo	<u>(530)</u>	<u>(343)</u>
	<u>(1.164)</u>	<u>(1.024)</u>

15. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição do Instituto a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Instituto, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Instituto avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras, influenciem nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O Instituto administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de taxa de câmbio

Risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade do Instituto ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações de câmbio.

O Instituto apresenta ativos indexados à moeda estrangeira, em especial dólar americano e euro, provenientes das doações recebidas por entidades internacionais, o que causa a volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio.

Risco de crédito

Os valores de caixa e equivalentes de caixa apresentados na tabela abaixo representam a máxima exposição de crédito sobre esses ativos.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e Bancos	7.592	3.884
Aplicações Financeiras	<u>8.838</u>	<u>11.348</u>
	<u>16.430</u>	<u>15.232</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Instituto encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro, o Instituto mantinha os seguintes montantes de fundos de curto prazo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações Financeiras	8.838	11.348
	<u>8.838</u>	<u>11.348</u>

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do Instituto, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>
Em 31 de dezembro de 2021	
Fornecedores e outros passivos	141
	<u>141</u>
Em 31 de dezembro de 2020	
Fornecedores e outros passivos	13
	<u>13</u>

a) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os saldos do caixa e equivalentes de caixa (bancos e aplicações financeiras) e passivos circulantes (contas a pagar) correspondem ao valor de mercado em razão de o vencimento ocorrer em data próxima a do balanço.

b) Outros tipos de instrumentos financeiros

O Instituto não realizou operação com derivativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

16. Partes relacionadas

Remuneração dos Administradores

Os membros dos Conselhos do Instituto não são remunerados, conforme previsto no Estatuto Social. O Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das suas competências, funções ou atividade que lhes foram atribuídas.

Com o propósito de promover transparência, o Instituto destaca que o Sr. Leonardo Vieira Lacerda foi do conselho deliberativo até novembro de 2021 e ocupava o cargo de Diretor do Programa de Meio Ambiente na Fundação Oak em Genebra, Suíça. A Fundação Oak também é financiadora do Instituto Clima e Sociedade.

17. Seguros Vigentes

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores julgados como suficientes pela Administração da Entidade para cobertura de eventuais riscos. Em 2021 o seguro patrimonial na Entidade possui um montante de R\$ 600.

18. Gratuidade/trabalho voluntário

Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Em 2021 e 2020, a Entidade não teve prestação desse tipo de serviço.

19. Eventos subsequentes

Não é de nosso conhecimento qualquer evento, subsequente à data do encerramento do exercício até a da autorização da emissão das Demonstrações Contábeis, que possa afetar a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do período, impedindo a continuidade normal das atividades do Instituto.